

## RESENHA DO LIVRO

---

AS ESTRUTURAS SOCIAIS DA ECONOMIA

BOURDIEU, PIERRE

LISBOA: INSTITUTO PIAGET, 2001

### UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS

Denominada sociologia do interesse, sociologia da prática ou sociologia dos campos, muitos já foram os qualificativos utilizados para definir a obra de Pierre Bourdieu. Ao apontar para alguns de seus eixos analíticos e conceitos centrais, essas denominações, no entanto, não se contrapõem. Tanto o **interesse** quanto a **prática** dos agentes sociais guardam entre si uma relação explicativa de grande intimidade na obra do autor: ambos se definem na relação que os indivíduos presentes em um determinado entorno social (**campo**) estabelecem entre si, entorno que só é possível ser analisado por meio desses próprios agentes e que adquire, seguindo esses pressupostos, particularidades intrínsecas que a sociologia tem como objetivo fazer emergir.

Outro “exercício de classificação” da sociologia bourdiana indica as interpretações e as polêmicas que sua obra gerou, tanto no que diz respeito ao seu alinhamento epistemológico e teórico (estruturalista ou pós-estruturalista) quanto no que diz respeito ao seu alinhamento ideológico (análise da reprodução social/dominação ou análise da transformação social). Anteriormente (*Le métier de sociologue*, Bourdieu, P.; Chamboredon, Jean Claude e Passeron, Jean-Claude, EHESS, 1983), Bourdieu já tinha procurado demonstrar que a questão do método sociológico demanda necessariamente o abandono dos pré-conceitos e pré-julgamentos e a necessidade de uma vigilância epistemológica diante do real. A defesa dessa eterna vigilância como etapa fundamental da produção do conhecimento científico nada tem a ver com o individualismo metodológico. Este aspecto fica claro diante da combinação que faz de técnicas da econometria com técnicas de análise qualitativa e

de sua crítica permanente à importância absoluta dada por algumas pesquisas de orientação culturalista à fala dos indivíduos, como se estes fossem portadores da síntese do mundo. Definir Bourdieu por pares de opostos revela sua importância em uma sociedade que vai, com um certo sofrimento intelectual, desnaturalizando os determinismos históricos herdados da ortodoxia marxista.

Ao se ler *As estruturas sociais da economia*, depara-se com essas questões. Retomando alguns pressupostos da teoria econômica neoclássica, este livro tornou-se referência obrigatória para quem adentra na “nova” sociologia econômica (não se pode esquecer de Max Weber). Essa referência se concretiza não apenas porque Bourdieu parte de uma reflexão situada na fronteira entre a sociologia e a economia, mas também porque sua obra se impõe como uma firme construção teórica sobre vários campos da vida social, e constitui um modelo de análise de grande envergadura. Um exemplo de sua influência pode ser notada nas pesquisas lideradas pelo sociólogo norte-americano Neil Fligstein que procura analisar modelos de sociedade através da relação estabelecida historicamente entre Estado e mercado (*The architecture of markets. An economic sociology of the twenty-first century*, Princeton, Princeton University Press, 2001).

Bourdieu procura demonstrar que os mercados são fatos sociais. Pode-se, a essa altura, se indagar se sua obra é uma teoria alternativa para compreender a ação econômica. O que se revela é que não se trata apenas de uma questão de mudança de linguagem (muito menos de uma mera assimilação de termos como lucro, interesse, capital e mercado a partir da ciência econômica) mas, fundamentalmente, de perspectiva. Para os economistas, o mercado é a manifestação da coordenação entre

agentes interdependentes. Para os sociólogos a constituição do mercado é o problema que se trata de analisar. Segundo o autor, deve-se partir do oposto da economia que procura explicar com generalidades axiomáticas diferentes microcosmos sociais. Deve-se, longe de colocar entre parênteses a multidimensionalidade e multifuncionalidade das práticas, utilizar instrumentos do conhecimento que permitam construir “modelos históricos” capazes de dar razão, com rigor e parcimônia, às ações e às instituições econômicas tais como elas ocorrem na realidade empírica.

Sua contribuição alinha-se com duas ordens de questões que têm aportado novos elementos para se pensar o mercado como campo de análise tradicionalmente pertencente aos economistas: o entorno dos fluxos centrais que estruturam esse mercado ao condicionar esses fluxos, e as variáveis extra-preços, que explicam a adesão e a natureza do dinamismo dos mercados particulares. Se a economia institucional já avança ao considerar o mercado uma estrutura social, a sociologia bourdiana vai dar os elementos analíticos para abordar a produção social desse mercado, o que significa partir da abordagem de como os conflitos sociais definem os agentes e instituem as trocas econômicas.

Portanto, Bourdieu não se contrapõe à economia. Revela apenas que por trás da questão do equilíbrio como regularidade nos fluxos econômicos, isto é, antes da formação dos mercados, há indivíduos que interagem no estabelecimento de dinâmicas particulares que antecipam as especificidades desse mercado. A posição dos indivíduos no mercado é um produto histórico e não uma resposta a um modelo de interação na qual apenas o Estado vem, em seguida, balizar. As práticas econômicas são rotinas a serem analisadas como as mais banais da experiência ordinária, enraizadas socialmente, e apenas em um segundo momento deve ser observado seu caráter contingente enquanto condutas que regem todo fato econômico no cotidiano.

Contra a visão ahistórica da ciência econômica (o prejulgamento antígenético de uma ciência dita pura, isto é, profundamente desistoricizada e

desistoricizante), deve-se reconstruir, de um lado, a gênese das disposições econômicas do agente econômico, e especialmente seus gostos, suas propensões ou suas atitudes (ao cálculo, à poupança ou ao trabalho) e, de outro, a gênese do campo econômico propriamente dito, isto é, proceder à história do processo de diferenciação e de autonomização que resulta na constituição desse jogo específico: um cosmos que obedece a suas próprias leis e que tem validada (limitadamente) sua autonomização radical operada pela teoria pura que procura constituir a esfera econômica como um universo separado.

O *homo economicus* e a ação racional não passam de uma visão escolástica do mundo. Mitos. As práticas efetivas não correspondem aos modelos teóricos porque os agentes fazem escolhas diferentes daquelas previstas no modelo econômico: nem sempre jogam conforme as previsões da teoria dos jogos, dado que podem recorrer a estratégias “práticas” ou agir com sentido de justiça e ética. Há uma diferença entre as coisas da lógica e a lógica das coisas, o que significa, em outras palavras, tratar dos diversos graus de racionalização formal (no sentido dado por Weber). Entretanto, isso não quer dizer que a razão seja o princípio absoluto das práticas econômicas. De outras formas, a experiência precoce e prolongada das regularidades dessas práticas e as necessidades sociais constituem o interesse, orientado todavia por disposições e crenças específicas.

A análise histórica pode revelar os esquemas práticos de pensamento, de percepção e de ação inscritos nas estruturas sociais e nas estruturas cognitivas. Esta abordagem estabelece o acordo entre o objetivo e o subjetivo, entre as disposições e as posições, entre as antecipações (ou as esperanças) e as chances que descrevem o fato econômico no qual os indivíduos se encontram.

O mercado é determinado, em última instância, pela economia das condições de produção e reprodução dos agentes e das instituições de produção e de reprodução econômica, cultural e social. Sua *estrutura* é constituída pelas **disposições econômicas** (socialmente definidas) dos agentes, em particular suas perspectivas (desejos, gostos, acesso a informa-

ções e outros); pelos **meios econômicos** que eles podem dispor e, por último, pelo **estado da oferta das políticas e dos meios estruturais de efetivação**. Seu *funcionamento*, por sua vez, ou a lógica do campo estruturado, é a disputa de um tipo de capital (cultural, financeiro, comercial, simbólico, jurídico, social) em torno do qual se explicitam as relações de poder entre agentes envolvidos na produção de bens semelhantes e que ocupam posições específicas nesse campo. Sinteticamente, o mercado é um conjunto de posições e disposições em um campo atravessado por instituições que recebem delegação dos agentes para agir. O peso (energia ou força) associado a um agente que sofre os efeitos do campo, ao mesmo tempo em que o estrutura, depende de todos os outros pontos, isto é, de todo o espaço.

Por oposição à visão interacionista que considera como forma de eficácia social apenas a “influência” diretamente exercida através da interação, a visão estrutural considera os efeitos que ocorrem fora de toda interação: a estrutura do campo, definida pela distribuição desigual de capital, isto é, armas ou **vantagens** específicas pesam fora de qualquer intervenção ou manipulação direta sobre o conjunto dos agentes engajados nesse campo, restringindo mais o espaço das alternativas disponíveis (possíveis) quando estes agentes estão mal posicionados nessa distribuição. O dominante é aquele que ocupa na estrutura uma posição tal que a estrutura age a seu favor - é aquele que ao mesmo tempo define as regularidades e as regras do jogo mas que não necessariamente detém maior volume de capital econômico.

Pierre Bourdieu vai analisar no livro *As estruturas sociais da economia* o mercado das residências individuais na França. Este mercado é o resultado de uma dupla construção social que se baseia, ao mesmo tempo, na demanda (por meio da formação das preferências individuais e de acesso aos financiamentos creditícios e às subvenções públicas) e na oferta (por meio da ação dos próprios construtores). Nos dois casos, o Estado contribui para moldar esses dois componentes agindo na formação deste mercado imobiliário.

No Capítulo 1, Bourdieu vai demonstrar que a análise da lógica deste mercado deve orientar-se por dois princípios metodológicos de construção do objeto: primeiro, as relações objetivas que se instauram entre as diferentes empresas de construção civil, posicionadas na concorrência para a conquista de partes do mercado, constituindo um campo de forças; segundo, as leis gerais de funcionamento que são válidas para qualquer campo de produção econômica (e específicas às propriedades características do produto). O funcionamento do mercado se define pela homologia de posições entre as empresas (e suas respectivas estratégias de produção e comercialização) (oferta) e compradores (e suas respectivas disposições objetivas e subjetivas) (demanda). O mercado é o espaço de disposições, posições e de tomada de posições entre agentes da oferta e agentes da demanda, analisada estatisticamente (análise de correspondências múltiplas).

No Capítulo 2, Bourdieu analisa a estruturação da demanda, isto é, os esquemas de percepção e de apreciação socialmente constituídos e socialmente mantidos e reativados pela ação dos publicitários e pela ação do Estado. Estes esquemas contribuem para orientar as necessidades, impondo normas de qualidade e medidas administrativas que podem favorecer ou impedir a realização das disposições dos compradores, favorecendo uma ou outra categoria social ou uma ou outra fração de construtores.

No Capítulo 3, o autor analisa a política da habitação enquanto interação que ocorre sob limites estruturais gerais através de medidas regulamentares constitutivas dessa política. Esses limites são reinterpretados e redefinidos através uma série de interações entre agentes que, em função de sua posição nas estruturas objetivas de poder, definidas na escala de uma unidade territorial (região ou departamento), têm estratégias distintas ou antagônicas na dinamização do mercado imobiliário.

No Capítulo 4, o autor enfatiza sua posição contrária à abordagem interacionista e à análise do discurso como sintoma do real (crítica à fenomenologia quando deriva para o hiperempiricismo).

Bourdieu reforça a sua posição metodológica de considerar a interação entre vendedores e compradores de residências como uma **relação a dois que é sempre uma relação à três, isto é, uma relação entre dois agentes e o espaço social no qual estão inseridos**.

Na Conclusão, está o caráter político da obra em torno do que ele denomina "*a miséria da pequena burguesia*" para descrever o processo de ascensão à moradia como uma trajetória de desilusões e sofrimentos originários de uma violência simbólica que foge dos estigmas e atributos de "classe" tradicionalmente atribuídos à condição proletária ou sub-proletária. No percurso de tornar-se proprietário, sob o peso de muitas dívidas, os indivíduos assimilam o padrão e os anseios não apenas da política como também do imaginário liberal, em torno de aspirações da "*pequena felicidade*" e da posse de um legado patrimonial transmissível aos descendentes, reforçados pelos agentes da promoção do mercado imobiliário.

Em uma segunda parte do livro, explicitam-se os princípios de uma *antropologia econômica*. Ao tratar dos conceitos na parte final, Bourdieu revela sua própria posição e disposição no campo da produção sociológica: os conceitos definem as categorias empíricas *a posteriori* da investigação, não agindo como camisa de força. O **campo** é uma delimitação do mundo social, regida por leis e códigos próprios, quer seja uma empresa ou o campo econômico como um todo, que formam universos de convivência e de influência. Cada campo é caracterizado por uma forma particular e diferente do interesse. Logo, não há uma ação desinteressada porque ela, no mínimo, obedece à lógica do campo. A **estrutura do campo** é formada pela posição relativa entre os agentes que produzem bens semelhantes, determinada pelo volume e estrutura do capital específico. A força de um agente determina estratégias de mercado. Portanto, as empresas imobiliárias, com diferentes tipos de capital, não agem apenas de maneira indireta, através dos preços. Elas exercem um efeito estrutural. A inovação tecnológica (exemplo de capital cultural) modifica as posições relativas e os desempenhos de to-

das as espécies de capital asseguradas pelas outras empresas.

Segundo Pierre Bourdieu, a limitação da teoria neoclássica na economia é que ela teria se erguido explicita e expressamente contra a lógica da prática, no sentido em que seus postulados não têm fundamentação antropológica, isto é, essa teoria postula que o sistema de preferência seria antecipadamente constituído e transitivo, tornando o campo econômico um lugar onde tem lugar um jogo de antecipações recíprocas. O agente, ao contrário, não tem escolhas conscientes e deliberadas, a estrutura do campo orienta os possíveis da ação de forma inconsciente, pela tradição incorporada como *habitus*. O conceito de *habitus*, tão importante quanto o de *campo*, permite o rompimento com a filosofia cartesiana da consciência e ultrapassa a alternativa entre o mecanicismo (que reduz a ação a uma pura reação às causas indiferenciadas) e o finalismo (que define uma ação como predeterminada pela referência consciente a um fim deliberadamente colocado que induz todo comportamento a um cálculo puramente instrumental). O agente é um indivíduo coletivo ou um coletivo individualizado porque incorpora estruturas sociais objetivas.

Aos que vêem em Bourdieu uma análise fatalista da reprodução social, deve-se observar que no funcionamento do campo, uma série de forças de mudança introduz a possibilidade do movimento histórico: sua imposição pelos atores dominantes, a introdução de novos agentes, as redefinições de fronteiras entre os campos, a competição pelo poder do Estado, a dessincronização entre *habitus* e *campo* (ou a sobreposição de vários campos).

No *Post-Scriptum*, o autor vai tratar da relação do campo nacional com o campo internacional na constituição do campo econômico assentado na fragilização das fronteiras e na criação de um sentido "universalista" das relações internacionais, que prima por justificar a necessidade de superação dos mecanismos artificiais e arbitrários dos Estados sociais nacionais.

A análise do autor possibilita pensar o funcionamento dos mercados na sociologia através de

um exercício de decomposição e recomposição das relações sociais que os constituem. Importa pensar que o processo de produção de uma política habitacional, por exemplo, requer estabelecer nexos entre oferta e demanda para além da materialidade, *strictu sensu*, da edificação imobiliária, sob o risco de se tor-

nar restritiva, incoerente e insatisfatória a curto, médio ou longo prazo.

*Marie Anne Najm Chalita*  
*Doutora em sociologia, Pesquisadora Científica*  
*do Instituto de Economia Agrícola*